



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 408/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 1927/2012 (3 vols.).

Apenso: Processo nº 3378/2012 (6 vols).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Serviço de Pronto Atendimento - SPA Coroadó.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sra. Maria da Conceição Carneiro Barbosa, Diretora-Geral.

6- Unidade Técnica: DICAD – Relatório Conclusivo nº 108/2012 (fls. 432/457)

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 01/2015-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 475/476).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento - SPA Coroadó. Exercício de 2011.

Contas irregulares. Multas. Prazo. Inscrição do débito na Dívida Ativa. Recomendações à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- À unanimidade, julgar pela Irregularidade das Contas do Serviço de Pronto Atendimento do Coroadó – SPAC, referente ao exercício de 2011, de responsabilidade da **Sra. Maria da Conceição Carneiro Barbosa**, Diretora Geral e Ordenadora de Despesa, nos termos do art. 22, III, “b” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, II, da Resolução TCE/AM nº 04/02;

9.2- Multar a Sra. Maria da Conceição Carneiro Barbosa, Diretora Geral e Ordenadora de Despesa no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte cinco centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, do Relatório-Voto;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que a Sra. Maria da Conceição Carneiro Barbosa, recolha os valores das multas que lhe foram aplicadas aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.4- Autorizar, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE.

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 408/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO****9.5- Recomendar à Origem que:**

9.5.1- continue observando com rigor as normas desta Corte, providenciando junto à CGE o Parecer do Controle Interno, a fim de encaminhar toda a documentação necessária para apreciação da Prestação de Contas do SPA-Coroad, evitando assim, a ocorrência de falhas desta natureza; item 2, do Relatório- Voto;

9.5.2- evite a fragmentação das despesas, caracterizadas por aquisições frequentes dos mesmos produtos ou realização de serviços de mesma natureza em processos distintos, cujos valores globais excedam o limite previsto para dispensa de licitação a que se referem os incisos I e II do art. 24, da Lei nº 8.666/93; item 4, do Relatório- Voto;

9.5.3- observe com maior rigor os ditames da Resolução nº 10/2012-TCE/AM, a fim de encaminhar todos os dados informatizados via Sistema ACP, evitando, assim, a reincidência de falhas desta natureza; itens 5, 6 e 7, do Relatório- Voto;

9.5.4- ao aderir a Atas de Registros de Preços, observe com mais rigor o cumprimento dos ditames da Lei de Licitações nº 8.666/93. Item 9, do Relatório- Voto.

9.6- Por maioria, multar a Sra. Maria da Conceição Carneiro Barbosa, Diretora Geral e Ordenadora de Despesa no valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM **por cada mês de atraso** no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de janeiro a julho de 2011 (07 meses), totalizando o montante de **R\$ 7.672,21** (sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e vinte e um centavos), item 1 do Relatório- Voto.

Vencido o destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que votou pela inaplicabilidade de multa quanto ao ACP.

9- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 17 de Junho de 2015.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral